

**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL**

Processo : TC-006941.989.20-4
Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
Assunto : Contas Anuais
Exercício : 2021
Prefeito : Maurilei Aparecido Dias da Silva
CPF nº : 254.058.838-75
Período : 01/01/2021 a 31/12/2021
Relatoria : Dr. Antonio Roque Citadini
Instrução : UR-18 / DSF-I

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Trata-se das contas apresentadas em face do art. 2º, II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

Em atendimento ao TC-A-30973/026/00, registramos a notificação do Sr. Maurilei Aparecido Dias da Silva, responsável pelas contas em exame (doc. 01).

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do município:

DESCRIÇÃO	FONTE (DATA DA CONSULTA)	DADOS	ANO DE REFERÊNCIA
POPULAÇÃO	IBGE (31/12/2021)	4.327 habitantes	2021
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Sistema Audesp (31/12/2021)	R\$ 15.497.066,40	2021
RCL	Sistema Audesp (31/12/2021)	R\$ 14.940.856,40	2021

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021
IEG-M	C	C	C
i-Planejamento	B	C+	C
i-Fiscal	C	B	C+
i-Educ	C	C	C
i-Saúde	B	C+	C+
i-Amb	C	C	C+
i-Cidade	C	C	C
i-Gov-TI	C	C	C

Obs.: Índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.

A Prefeitura analisada obteve, nos três últimos exercícios apreciados, os seguintes **Pareceres** de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2017	006512.989.16-1	Favorável com ressalvas
2018	004269.989.18-2	Favorável com ressalvas
2019	004610.989.19-6	Favorável com ressalvas

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e da fiscalização ordenada;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;

4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
6. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste Tribunal de Contas;
7. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores

Os resultados das fiscalizações apresentam-se nos relatórios quadrimestrais, bem como no presente relatório, antecédidos pelo citado planejamento que indicou a necessária extensão dos exames. Registre-se que as fiscalizações quadrimestrais foram efetuadas de forma **remota**, em virtude da pandemia no novo Coronavírus (Covid-19).

Destaque-se que os relatórios quadrimestrais estão juntados nos eventos nº 22.37 e 35.38 destes autos. Estes foram submetidos a Excelentíssima Relatoria, sendo dada ciência à Chefia do Poder Executivo, responsável pelas contas em exame, para conhecimento das ocorrências, sem a necessidade de apresentação de justificativas. Tal procedimento visou contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas.

Foi autuado o processo TC-001467.989.21-6, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia. Tal acompanhamento foi realizado com base em informações prestadas pela Origem, por meio de questionários mensais, e ações próprias da Fiscalização, considerando os princípios da amostragem, relevância e materialidade, cujas ocorrências são tratadas em itens próprios do presente relatório.

No caso, o presente município decretou estado de calamidade pública/emergência, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno foi regulamentado pela Lei Municipal nº 550/2013. O responsável é ocupante de cargo efetivo e elaborou relatórios periódicos, relatório do 3º Quadrimestre juntado no doc. 08.

Em suma, o relatório do 3º Quadrimestre apresenta as seguintes irregularidades:

- O município assumiu os ativos da iluminação pública, porém não houve incorporação ao patrimônio, bem como não houve criação da CIP (o projeto de criação enviado à Câmara em 2019 foi rejeitado e não houve o envio de novo projeto). O total despendido com iluminação pública em 2021 foi de R\$ 196.683,16.

- A meta projetada no IDEB era de 6.8 para 2019 e o município atingiu a nota de 5.6.

- Diversas contas com pendências nas conciliações bancárias.

- Quebra de Ordem Cronológica de Pagamentos.

- As informações do site da Prefeitura Municipal não estão atualizadas, não constam todas as licitações e respectivos contratos.

- Não há coleta seletiva de resíduos sólidos.

- Pagamento de horas extras de forma habitual, extrapolação do limite diário de horas extras, funcionários em atividades insalubres realizando horas extras.

- Ausência de protocolo informatizado.

- Diferença de R\$ 23.240,96 entre os valores da dívida ativa lançados na contabilidade e na tributação.

O Prefeito não determinou providências para sanar as irregularidades apontadas no Relatório do Controle Interno (IEGM).

Em que pese a elaboração dos relatórios quadrimestrais, conforme questionário IEGM, o Sistema de Controle Interno NÃO exerce as seguintes funções Constitucionais/Legais, as quais, sugerimos sejam acrescidas as suas atividades:

- Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados (artigo 74, inciso II, da CF).
- Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados (artigo 38, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 1993).
- Acompanhar as metas de superávit orçamentário, primário e nominal (artigo 59, inciso I, da LRF).
- Observar se as operações de créditos se sujeitam aos limites e condições das Resoluções nºs 40 e 43/2001, do Senado (artigo 59, inciso II, da LRF).
- Verificar se os empréstimos e financiamentos vêm sendo pagos tal qual previsto nos respectivos contratos (artigo 59, inciso II, da LRF).
- Verificar a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos (artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 1964).

Não houve a disponibilização de programas de treinamentos ao Controle Interno, o que compromete a atualização do conhecimento e a adequada execução das atividades afetas ao controle.

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C

No exercício em análise, verifica-se rebaixamento do índice C+ para o índice C, nessa dimensão do IEG-M.

Conforme ata, juntada no doc. 09, a audiência pública foi realizada em dia de semana em horário comercial, dificultando a participação da classe trabalhadora no debate.

Ademais, houve a realização de uma única audiência para debater a LDO e a LOA. Considerando que a LDO estabelece as metas e prioridades da administração pública para o exercício seguinte, orientando na elaboração da lei orçamentária anual; e a LOA constitui as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano, assim, o fato de as duas

audiências acontecerem no mesmo dia prejudica a concretização da finalidade delas, de orientação e planejamento.

Demonstrando, ainda, a falta da participação popular no planejamento das políticas públicas: não houve levantamentos formais dos problemas, necessidades e deficiências do município antecedentes ao planejamento; não foi disponibilizado aos cidadãos o serviço de consulta pública pela internet para coleta de sugestões (dados do IEGM).

A Lei Municipal nº 741/2020 (LDO – Evento 22.3) no seu artigo 17, prevê autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação a outra ou de um órgão para outro em percentual de 15%, ou seja, acima da inflação (IPCA acumulado de 2021 foi de 10,06%).

O estabelecimento de percentual acima da inflação para realização de remanejamento, transferência e transposição pode indicar excessos na reprogramação orçamentária pelo gestor público para modificação do orçamento durante a sua execução sem o conhecimento do órgão legislativo, o que pode causar desconfiguração do orçamento original.

Também a Lei Municipal 742/2020 (LOA – Evento 22.4), no seu artigo 3º, autorizou a abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação (15%).

Na Prefeitura Municipal não há estrutura administrativa voltada para planejamento, o que pode comprometer o desempenho dessa função.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Preliminarmente, informamos que o município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, firmando o compromisso de contrair novas dívidas exclusivamente de acordo com os termos do referido Programa (Lei Complementar nº 178/2021).

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme abaixo apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou *superávit*.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 15.497.066,40	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 13.608.518,82	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 765.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 90.848,32	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ 0,00	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ 1.214.395,90	7,84%

Constatamos que o município, considerando todos os órgãos componentes do Orçamento Anual, procedeu à abertura de créditos adicionais e à realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R\$ 7.800.980,55, o que corresponde a 63,80%, da Despesa Fixada (inicial) – doc. 07. Elevado percentual desfigura o orçamento original, contribuindo para o desequilíbrio orçamentário.

O resultado da execução orçamentária e dos investimentos, com base na despesa liquidada e nos Restos a Pagar Não Processados liquidados em cada exercício, apresentaram os seguintes percentuais:

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
2021	Superávit de	7,84%	4,05%
2020	Superávit de	3,91%	4,44%
2019	Déficit de	(3,20)%	7,69%
2018	Superávit de	4,07%	14,19%

B.1.1.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL**B.1.1.1.1. DOS PROGRAMAS/AÇÕES GOVERNAMENTAIS**

Segundo informações prestadas pela Origem, não houve a criação, aperfeiçoamento e/ou ampliação de programas/ações governamentais, destinados ao enfrentamento da Covid-19.

B.1.1.1.2. DAS RECEITAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

B.1.1.1.3. DAS DESPESAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

B.1.1.1.4. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 1.610.167,26	R\$ 395.238,74	307,3900%
Econômico	R\$ 1.539.829,70	R\$ 1.308.302,99	17,7000%
Patrimonial	R\$ 12.523.050,11	R\$ 11.072.529,99	13,1000%

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Conforme demonstrado no item anterior, a Prefeitura apresentou, no encerramento do exercício examinado, um superávit financeiro, evidenciando, com isso, a existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro.

Constatamos que o Índice de Liquidez Imediata do órgão é o seguinte:

Índice de Liquidez Imediata	Disponível	R\$ 1.994.442,96	4,0264
	Passivo Circulante	R\$ 495.330,91	

Considerando o índice apurado, verifica-se que a Prefeitura possui liquidez face aos compromissos de curto prazo, registrados no Passivo Circulante.

B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual			
Precatórios	1.959.413,89	1.524.028,81	28,57%
Parcelamento de Dívidas:	783.983,63	1.068.722,43	-26,64%
De Tributos			
De Contribuições Sociais	783.983,63	1.068.722,43	-26,64%
Previdenciárias	783.983,63	1.068.722,43	-26,64%
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas			
Dívida Consolidada	2.743.397,52	2.592.751,24	5,81%
Ajustes da Fiscalização			
Dívida Consolidada Ajustada	2.743.397,52	2.592.751,24	5,81%

Dados obtidos do balancete juntado no doc. 6.

Os parcelamentos estão sendo tratados no item **B.1.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS** e no item **B.1.6.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)**, do relatório.

B.1.5. PASSIVO JUDICIAL

B.1.5.1. PRECATÓRIOS

De acordo com informações prestadas pela origem e carreadas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Município está enquadrado no Regime Especial.

Os testes efetuados, na extensão considerada necessária, permitiram constatar que houve pagamento integral da dívida referente ao exercício analisado, tendo sido depositado o montante de R\$ 349.456,44 ao longo do período (doc. 10).

Oportunamente, no que diz respeito a outros aspectos de interesse, relativos ao tema, verificamos que:

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida de precatórios?	Sim
02	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, os saldos financeiros existentes nas contas bancárias junto ao(s) Tribunal(is)?	Sim
03	O TJSP atesta a suficiência dos depósitos de competência do exercício fiscalizado?	Sim
04	Em caso de acordos diretos com os credores, houve regular pagamento no exercício em exame?	Prejudicado

Informação do Tribunal de Justiça quanto a suficiência dos depósitos juntada no doc. 11.

Detalhamos, ainda, a situação do controle do estoque da dívida judicial, de acordo com os registros contábeis (doc. 12):

REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ 1.803.366,13
Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame	R\$ 783.377,98
Valor cancelado	R\$ 3.043,68
Valor pago	R\$ 401.626,41
Ajustes da Fiscalização	(R\$ 227.254,62)
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$1.954.819,40

O saldo final constante do Demonstrativo da Dívida com precatórios (doc. 12) no valor total de R\$2.182.074,02, diminuindo do valor de R\$227.254,62 (Saldo final da conta especial de Precatórios) – fl. 01 do doc. 06, resulta no valor de R\$1.954.819,40, que se mostra coerente com o valor contabilizado pela Origem no Balanço Patrimonial.

APURAÇÕES REFERENTES À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 109, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Considerando o valor dos depósitos referentes ao exercício em exame, o quadro a seguir procura demonstrar se nesse ritmo as dívidas com precatórios estariam liquidadas até o exercício de 2029, conforme Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

EC Nº 99/2017: QUITAÇÃO DOS PRECATÓRIOS ATÉ 2029	
Saldo de precatórios até 31.12 de 2021	R\$ 1.959.413,39
Número de anos restantes até 2029	08
Valor anual necessário para quitação até	R\$ 244.926,67
Montante depositado referente ao exercício de 2021	R\$ 349.456,44
Nesse ritmo, valor suficiente para quitação em 2029	

APURAÇÃO DO PAGAMENTO DO PISO - DEPÓSITOS MENSAIS				
EXERCÍCIO EM EXAME	2021	ALÍQUOTA (2021)		2,5%
RCL-mês de ref.	nov/2020	dez/2020	jan/2021	fev/2021
RCL - valor	R\$ 13.360.261,96	R\$ 13.024.643,27	R\$ 13.083.966,14	R\$ 13.175.071,76
MÊS DE COMPETÊNCIA	jan/2021	fev/2021	mar/2021	abr/2021
ALÍQUOTA	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
VALOR CALCULADO PERCENTUALMENTE	R\$ 334.006,54	R\$ 325.616,08	R\$ 327.099,15	R\$ 329.376,79
VALOR A SER DEPOSITADO (1/12 do VALOR CALCULADO)	R\$ 27.833,87	R\$ 27.134,67	R\$ 27.258,26	R\$ 27.448,06
RCL-mês de ref.	mar/2021	abr/2021	mai/2021	jun/2021
RCL - valor	R\$ 13.392.632,58	R\$ 13.575.760,50	R\$ 13.786.108,54	R\$ 13.983.789,77
MÊS DE COMPETÊNCIA	mai/2021	jun/2021	jul/2021	ago/2021
ALÍQUOTA	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
VALOR CALCULADO PERCENTUALMENTE	R\$ 334.815,81	R\$ 339.394,01	R\$ 344.652,71	R\$ 349.594,74
VALOR A SER DEPOSITADO (1/12 do VALOR CALCULADO)	R\$ 27.901,31	R\$ 28.282,83	R\$ 28.721,05	R\$ 29.132,89
RCL-mês de ref.	jul/2021	ago/2021	set/2021	out/2021
RCL - valor	R\$ 14.029.857,11	R\$ 13.984.296,12	R\$ 14.160.887,95	R\$ 14.390.673,65
MÊS DE COMPETÊNCIA	set/2021	out/2021	nov/2021	dez/2021
ALÍQUOTA	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
VALOR CALCULADO PERCENTUALMENTE	R\$ 350.746,42	R\$ 349.607,40	R\$ 354.022,19	R\$ 359.766,84
VALOR A SER DEPOSITADO (1/12 do VALOR CALCULADO)	R\$ 29.228,86	R\$ 29.133,95	R\$ 29.501,84	R\$ 29.980,57
VALOR MÍNIMO A SER DEPOSITADO REFERENTE AO EXERCÍCIO EM EXAME				R\$ 341.558,21
MONTANTE DEPOSITADO REFERENTE AO EXERCÍCIO EM EXAME				R\$ 349.456,44 -
ATENDIMENTO AO PISO				ATENDIDO

B.1.5.2. REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA

Detalhamos o estoque dos requisitórios de baixa monta, de acordo com os registros contábeis e o informado pela Origem ao Sistema Audep (doc. 13):

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	
Valor da atualização monetária ou inclusão efetuadas no exercício em exame.	R\$ 80.802,57
Valor cancelado	
Valor Pago	R\$ 80.802,57
Ajustes efetuados pela Fiscalização	
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$0,00

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida advinda de requisitórios de baixa monta?	Sim
02	Há registros eficientes no órgão para controle dos requisitórios de baixa monta?	Sim
03	Houve pagamento de todos os requisitórios de baixa monta vencidos no exercício?	Sim

B.1.6. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Prejudicado
4	PASEP:	Sim

B.1.6.1. PACELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Demonstramos, abaixo, a situação dos parcelamentos/reparcelamentos de débitos previdenciários autorizados pela Lei nº. 13.485, de 2 de outubro de 2017:

- Perante o INSS:

Nº do acordo	Vlr Total Parcelado	Qtde parcelas	Parcelas devidas no exercício	Parcelas pagas no exercício
13846.720246/2017-5	R\$1.138.874,88	200	12	10

Houve no exercício de 2021 o pagamento do total de R\$54.004,11. Não houve desconto no FPM dos valores devidos oriundos do parcelamento nos meses de janeiro e fevereiro, tendo sido suspenso pela União. O saldo da dívida em 31/12/2021 era de R\$ 783.982,63. Declaração da Origem e Razão da Dívida juntados no doc. 14.

A Prefeitura não possui parcelamentos de FGTS/Pasep.

Do acima exposto, constatamos que no exercício em exame a Prefeitura cumpriu o acordado.

B.1.7. DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS – LEI COMPLEMENTAR Nº 151/2015 E EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 94/2016 E Nº 99/2017

Não constatamos repasses de depósitos no exercício em exame, ou pendências relativas aos exercícios anteriores, no âmbito do município.

B.1.8. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do art. 29-A, da Constituição Federal.

B.1.9. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO – doc. 15.

B.1.9.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audesp, o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, registrando no 3º quadrimestre o valor de R\$ 6.712.786,73, o que representa um percentual de 44,93% - doc. 15.

B.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício (doc. 16):

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	244	244	208	195	36	49
Em comissão	19	19	8	6	11	13
Total	263	263	216	201	47	62
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do Ex. em exame	
Nº de contratados						

B.1.10.1. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Não constatamos contratações de pessoal por tempo determinado no exercício em análise.

B.1.10.2. – SERVIDORES EM COMISSÃO

Os cargos em comissão no município foram criados pela Lei Municipal nº 196/2001 e as atribuições estabelecidas pelo Decreto nº 222/2001 (Eventos 22.15 e 22.16).

O primeiro ponto é que, na referida lei, para alguns cargos é exigido apenas ensino fundamental ou ensino médio, contrariando o Comunicado SDG nº 32/2015¹, a saber:

Cargo	Requisito Mínimo
Chefe de Gabinete	Ensino Médio
Chefe do Setor de Compras	Ensino Médio
Chefe do Setor de Tributação	Ensino Médio
Chefe da E.M.E.F.E.I.	Ensino Médio
Chefe do Departamento de Estradas de Rodagem	Ensino Fundamental Incompleto
Chefe de Vigilância Epidemiológica	Ensino Fundamental
Chefe de Vigilância Sanitária	Ensino Médio
Chefe do Setor de Esportes e Lazer	Ensino Médio
Chefe do Setor de Pessoal	Ensino Médio
Diretor Administrativo	Ensino Médio
Diretor de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente	Ensino Médio
Diretor de Educação e Cultura	Ensino Médio
Diretor de Obras e Serviços Urbanos	Ensino Fundamental Incompleto
Diretor de Planejamento	Ensino Médio
Diretor de Promoção Humana	Ensino Fundamental Incompleto
Diretor de Saúde e Higiene	Ensino Médio
Diretor de Turismo Esporte e Lazer	Ensino Fundamental
Assessor de Governo	Ensino Fundamental

Solicitamos o comprovante de escolaridade dos servidores comissionados, tendo verificado que os ocupantes dos seguintes cargos não

¹ As leis devem definir com clareza as atribuições e a escolaridade exigidas para provimento de cargos em comissão de Direção e Assessoria exclusivos de nível universitário, reservando-se aos de Chefia a formação técnico-profissional apropriado.

possuem ensino superior: Diretor de Saúde e Higiene; Diretor de Turismo, Esporte e Lazer; Diretor Administrativo, sendo que, destes, foi nomeada em 2021 a Diretora de Saúde e Higiene (docs. 17 e 18).

Com advento de novos paradigmas na Administração Pública, como os princípios da meritocracia e da eficiência, os cargos comissionados devem conjugar, além da confiança pessoal, os critérios técnicos necessários para o desempenho da função.

Para evitar que cargos comissionados sejam ocupados sem o devido retorno de um serviço de qualidade para o órgão, a administração deve formalizar os níveis de capacitação, experiência, formação acadêmica ou especialização do cargo.

Os cargos em comissão estão ocupados em inobservância à jurisprudência deste Tribunal de Contas, haja vista a possibilidade de nomeação de pessoas com nível fundamental e médio de escolaridade, ou seja, as atribuições dos cargos não exigiriam os conhecimentos e habilitações técnicas de determinada área de conhecimento, restando inobservado o disposto no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.

Esta Corte já se manifestou em diversas oportunidades acerca da matéria e trazemos a cola trechos das decisões dos processos TC's 001024/026/15 e 004949.989.16-4, referentes, respectivamente, às Contas Anuais da Câmara Municipal de Jaguariúna, exercícios de 2015 e 2016:

(...) A Edilidade é reincidente na falha, e mesmo após seguidos apontamentos, recomendações e determinações desta Corte de Contas, não promoveu a adequação das atribuições do cargo de Assessor Parlamentar ao nível de escolaridade exigido. Não há como se furtar da exigência e comprovação das competências intelectivas daquele que presta assessoramento, invariavelmente, no mesmo grau de complexidade dos serviços executados, porquanto se trata de auxílio técnico especializado (...). Voto do Eminentíssimo Conselheiro, Dr. Dimas Ramalho, nos autos do TC-1024/026/15, em sessão da Segunda Câmara (DOE 02/12/2017). (GNN)

(...) Em que pesem as justificativas ofertadas pelo Responsável, no sentido de que seus esforços para alterar o nível de escolaridade de referido cargo não contaram com a anuência dos demais edis, **não considero passível de**

relevamento a violação sistemática ao Comunicado SDG nº 32/2015 e às recomendações e determinações que vêm sendo emitidas por esta Corte desde a apreciação das contas do exercício de 2012. A exigência de nível de escolaridade deve estar fundamentada na compatibilidade e complexidade das atribuições dos cargos de provimento em comissão, e não se pode negar que a falta de conhecimentos técnicos especializados afasta a excepcionalidade da atividade de assessoramento. **Nesta senda, renovo a determinação de que a edilidade passe a exigir nível superior de escolaridade para todos os cargos em comissão,** cujas funções devem ser de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais. **Diante da reincidência da impropriedade, entendo que o caso enseja, ainda, aplicação de multa ao Responsável,** nos termos do artigo 104, VI, da Lei Complementar Estadual nº 709/93 (...). Voto do Eminentíssimo Conselheiro, Dr. Sidney Estanislau Beraldo, nos autos do TC-4949.989.16-4, no julgamento das Contas da Câmara de Jaguariúna do exercício de 2016 (DOE 10/09/2019). **(GNN)**

Aliás, esse também foi o entendimento exarado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0210184-51.2011.8.26.0000, proposta pelo D. Procurador Geral de Justiça, em face do Presidente da Câmara Municipal e do Prefeito do Município de Itapeva, cuja Ementa transcrevemos a seguir:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Ação proposta objetivando a declaração de inconstitucionalidade do Anexo da Lei Municipal nº 3.154 de 26 de dezembro de 2010, do Município que Itapeva, que dispõe sobre a Reestruturação do plano de cargos e salários da Câmara Municipal de Itapeva e dá outras providências — Funções que não exigem nível superior para seus ocupantes — Cargo de confiança e de comissão que possuem aspectos conceituais diversos — Inexigibilidade de curso superior aos ocupantes dos cargos, que afasta a complexidade das funções Cargos de Assessor Parlamentar e Chefe de Gabinete Parlamentar que não se coadunam com o permissivo legal — Afronta aos artigos 111, 115, incisos II e V e 144 da Constituição Estadual - Ação procedente” (grifo nosso).

Da mesma forma, se manifestou o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0130719-90.2011.8.26.0000, proposta pelo D. Procurador Geral de Justiça, em face do Presidente da Câmara Municipal e do Prefeito do Município de Tietê, cuja ementa transcrevemos abaixo:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Legislações do Município que Tietê, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento em comissão. Funções que não exigem nível superior para seus ocupantes. Cargo de confiança e de comissão que possuem aspectos conceituais diversos. **Inexigibilidade de curso superior aos ocupantes dos cargos, que afasta a complexidade das funções.** Afronta aos artigos 111, 115, incisos II e V, e 144 da Constituição Estadual - Ação procedente. **(GNN)**

Outra questão a ser debatida é o fato das atribuições para os cargos estarem disciplinadas por Decreto ao invés de Lei, em desacordo com o artigo 48, X, da Constituição Federal. Neste sentido, decisão do STF:

No mérito, salientou-se, inicialmente, que a portaria adversada “fixou as atribuições dos cargos, as áreas de atividades, as especialidades e os requisitos de escolaridade e habilitação legal específica para ingresso nas Carreiras de Analista, Técnico e Auxiliar do Ministério Público da União”. Em seguida, registrou-se que os impetrantes teriam comprovado a falta de identidade entre as atividades que configuravam os cargos nos quais foram investidos e as funções que atualmente desempenhariam por força do ato impugnado. Aduziu-se que a mudança de atribuições dos cargos ocupados pelos impetrantes se dera por edição de portaria, meio juridicamente impróprio para veicular norma definidora de atividades inerentes e caracterizadoras de cargo público. **Nesse sentido, explicitou-se a necessidade de edição de lei para a criação, extinção ou modificação de cargo público.** O Min. Gilmar Mendes enfatizou a repercussão deste julgamento, tendo em conta que a mudança de atribuições por portaria seria prática comum na Administração Pública. Precedentes citados: ADI 951/SC (DJU de 29.4.2005); ADI 1591/RS (DJU de 16.6.2000) e ADI 2713/DF (DJU de 7.3.2003). MS 26955/DF, rel. Min. Cármen Lúcia, 1º.12.2010. (MS-26955).

Ante o exposto, entendemos irregular ocupação de cargos em comissão por pessoas sem curso superior. Sem prejuízo de outras determinações, **propomos que cópia deste apontamento seja encaminhada ao Ministério Público do Estado de São Paulo para a adoção das medidas que se fizerem necessárias para o caso.**

B.1.10.3 - PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS HABITUAIS A SERVIDORES E ACIMA DO LIMITE LEGAL

Os servidores da Prefeitura Municipal de Pracinha são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme artigo 2º da Lei Municipal nº 196, de 18 de setembro de 2001 (Evento 22.15). A mesma lei, em seu artigo 46, dispõe que o limite máximo de horas extraordinárias para atender situações excepcionais e temporárias é de 02 (duas) horas por dia.

A Prefeitura Municipal manteve o pagamento de horas extras habituais a diversos servidores durante 2021 (total de horas extras pagas foi de R\$ 221.727,21 – Eventos 22.18 e 35.12, bem como Doc. 19), sendo que, em alguns casos, em desacordo com o limite imposto pelo artigo 46 da Lei Municipal nº 196/2001, fato que foi objeto de alerta pelo Controle Interno em seu relatório quadrimestral.

Considerando os cinco dias úteis da semana (segunda a sexta-feira) em que seja possível trabalhar duas horas extras diárias permitidas pela Lei Municipal nº 196/2001, resultaria no equivalente a 10 (dez) horas semanais e cerca de 40 (quarenta) horas extras mensais. Entretanto, há funcionários que receberam em alguns meses do exercício horas acima do permitido, vejamos alguns exemplos:

Cód.	Cargo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1287	Motorista	28	26	38	64	60	36	56	32	60	60	60	60
2763	Motorista	55	47	47	47	47	0	47	51	56	57	57	58
4347	Assistente Social	33	50	35	50	25	30	50	40	55	45	38	40
2585	Motorista	60	71	55	60	60	40	31	60	60	60	60	60
3824	Operador de Máquinas	45	40	41	41	42	43	43	44	51	27	30	32
663	Motorista	38	58	60	57	60	42	60	44	57	18	33	60
4392	Auxiliar de Enfermagem	5	33	12	60	0	0	0	0	14	12	16	11

Entendemos que o trabalho em sobre jornada deve ater-se a situações excepcionais e urgentes, não podendo ser utilizado de forma habitual em todos os meses do ano, sob pena de descaracterizar o objetivo do instituto das horas extras, equiparando-se a aumento salarial de servidores de forma indireta.

De acordo com o TST, para os empregados regidos pela CLT, em caso de serem suprimidas as horas extras pagas com habitualidade, total ou parcialmente, é assegurada ao empregado uma indenização, conforme segue o inteiro teor da súmula 291 do TST:

HORAS EXTRAS. HABITUALIDADE. SUPRESSÃO. INDENIZAÇÃO. (nova redação em decorrência do julgamento do processo TST-IUJERR 10700-45.2007.5.22.0101) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011. A supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

A título de demonstração, dentre outras decisões judiciais semelhantes, com base na súmula 291, o TST proferiu julgamento referente a horas extras contra o município de Ponta Grossa-PR:

RECURSO DE REVISTA. HORAS EXTRAS. HABITUALIDADE. SUPRESSÃO. SÚMULA N.º 291 DO TST. DEFERIMENTO DAS HORAS EXTRAS APENAS POR VIA JUDICIAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA. De acordo com os termos da Súmula n.º 291 do TST: "A supressão total ou parcial, pelo empregador, do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares efetivamente trabalhadas nos últimos 12 (doze) meses, anteriores à

mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão". A referida Súmula trata, portanto, da supressão do serviço suplementar, sem fazer nenhuma referência ao raciocínio desenvolvido pelo Regional, no sentido de que o direito à indenização não poderia ser alcançado pela empregada, em virtude de não ter havido o efetivo pagamento das referidas horas extras habituais, sendo o seu deferimento apenas pela via judicial. Devida, portanto, a indenização de que trata a Súmula n.º 291 do TST. **Recurso de Revista parcialmente conhecido e provido.** Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista n.º **TST-RR-518-58.2011.5.09.0024**, em que é Recorrente **SILMARA APARECIDA SANTOS FERREIRA SCHAFRANSKI** e Recorrido **MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**.

Portanto, em caso de supressão das horas extras pagas com habitualidade, como no caso da Prefeitura de Pracinha, poderá o Município vir a ser condenado em futuras ações judiciais, tendo que pagar indenizações trabalhistas, o que irá onerar os cofres públicos, causando prejuízos ao erário municipal.

Como fator agravante, há funcionários que exercem atividades insalubres realizando horas extras sem autorização, em desacordo com o que preconiza o art. 60 da CLT, vejamos:

Art. 60 - Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", ou que neles venham a ser incluídas por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho, as quais, para esse efeito, procederão aos necessários exames locais e à verificação dos métodos e processos de trabalho, quer diretamente, quer por intermédio de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais, com quem entrarão em entendimento para tal fim.

No caso dos motoristas, a realização de horas extras em excesso ainda expõe ao risco as pessoas por eles transportadas, tendo em vista a sobrecarga de trabalho a que são submetidos.

Por fim, o controle da jornada de trabalho dos servidores não é efetivo, tendo em vista que é realizado de forma manual em livro ponto (doc. 20), fato que desatende a determinação já feita por este Tribunal de Contas por ocasião do julgamento das Contas Anuais do exercício de 2016 (TC-004034.989.16-0), em voto proferido em 09/10/2018:

“Adote medidas corretivas objetivando evitar novos casos de descontrole na jornada de trabalho de seus funcionários, incluindo a imediata implantação de sistema eletrônico de controle de ponto, de preferência biométrico, para todos os servidores municipais, objetivando obter o controle mais eficiente de todos os setores do órgão (determinação)”.

B.1.10.4 - PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO DE TEMPO EXCLUSIVA COM PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS A MOTORISTAS

A Prefeitura Municipal de Pracinha por meio da lei nº 589, de 04 de novembro de 2014 (Evento 22.20) criou a “gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva”, de 50% sobre o salário base, para motoristas e/ou motoristas de ambulância cujas atividades exijam a prestação de serviços além da jornada normal de trabalho, de forma continuada, conforme preconizado pelo artigo 2º da citada lei.

Entendemos que o pagamento de gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, sem estar vinculada ao efetivo cumprimento de jornada extra de trabalho, já que a lei não exige a comprovação dos serviços extraordinários prestados e sua quantidade, fere os princípios da eficiência e da economicidade, pois o pagamento além da jornada normal, quando necessário, deve ser resolvido com a criação de um banco de horas para compensação dos serviços prestados após o horário regular de trabalho ou remunerado a título de horas extras.

Para agravar a situação, constatamos que os motoristas beneficiados pela Lei Municipal nº 589/2014 também recebem horas extras de maneira continuada. A seguir, elencamos os motoristas que em 2021 receberam a gratificação, juntamente com o pagamento de horas extras (informações extraídas do Portal BI – docs. 21 e 22):

Nome	Gratificação	Hora Extra
Aildo Machado	R\$ 4.621,44	R\$ 3.269,41
Anderson Ricardo da Silva	R\$ 7.405,68	R\$ 8.437,16
Daniel Fialho de Carvalho	R\$ 5.968,71	R\$ 5.694,52
Givan dos Santos	R\$ 7.847,71	R\$ 9.244,15
Hugo Paulo Tenório	R\$ 8.200,92	R\$ 9.160,52
José Edimárcio da Silva	R\$ 8.955,70	R\$ 8.798,03
José Fernandes da Silva	R\$ 3.968,20	R\$ 2.569,50
José Maria Teixeira Ribeiro	R\$ 8.569,99	R\$ 7.221,20
Lino Fernando Lorenzo	R\$ 7.847,71	R\$ 6.611,91
Valdeni Aparecido de Abreu	R\$ 7.186,40	R\$ 4.062,14

Conforme exposto, houve o recebimento por parte dos motoristas citados da gratificação de dedicação exclusiva cumulada com o pagamento de horas extras de forma irregular.

Embora conste no artigo 6º, § 3º da Lei nº 589/2014 que o recebimento da Gratificação de dedicação de tempo exclusiva não impede o recebimento de outras gratificações e adicionais previstos em lei, entendemos que houve duplo pagamento como forma de remunerar o mesmo serviço.

Dessa forma a **finalidade da gratificação por dedicação de tempo exclusiva coincide com a finalidade das horas prestadas em serviço extraordinário**, por isso, entendemos que a Lei Municipal nº 589/2014 proporciona ao funcionário o **recebimento de duas remunerações para a mesma finalidade**: executar suas funções em horário diferenciado.

Assim, propomos que a Origem proceda à cessação dos pagamentos das horas extras aos motoristas beneficiários da Lei Municipal nº 589/2014.

Ante o exposto, entendemos irregulares os pagamentos da gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, pois contraria o princípio da impessoalidade, moralidade e eficiência, consistindo em forma irregular de aumento dos vencimentos. Sem prejuízo de outras determinações, **propomos que cópia deste apontamento seja encaminhada ao Ministério Público do Estado de São Paulo para a adoção das medidas que se fizerem necessárias para o caso.**

B.1.10.5 - PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM DESACORDO COM O LAUDO VIGENTE

Nos relatórios quadrimestrais anteriores foi apontado que havia servidores recebendo o adicional de insalubridade em desacordo com o Laudo da Prefeitura de Pracinha.

Houve atualização do Laudo de Insalubridade em agosto de 2021 (doc. 23).

Por amostragem, verificamos que os pagamentos estão sendo realizados de acordo com o novo laudo (doc. 24), exceto para alguns funcionários que possuem sentença judicial concedendo o adicional de insalubridade.

Desta forma, entendemos que a Prefeitura Municipal regularizou o apontamento referente ao pagamento de adicional de insalubridade em desacordo com o laudo vigente.

B.1.10.6 - FUNCIONÁRIO COM MAIS DE 75 ANOS

A Prefeitura Municipal de Pracinha regularizou o apontamento referente a funcionários com mais de 75 anos de idade no quadro de pessoal.

B.1.10.7 – SERVIDORES APOSENTADOS QUE PERMANECEM ESTÁVEIS

A Prefeitura Municipal de Pracinha possui 06 servidores efetivos que já são aposentados pelo INSS e que continuam trabalhando no Órgão, porém todos se aposentaram antes da aprovação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 (doc. 25).

O regime de relação trabalhista adotado por Pracinha é o celetista, instituído pela Lei Municipal nº 196/2001, não há previsão de que o cargo se torna vago com a aposentadoria do servidor.

Verificamos que a Prefeitura ao final do exercício observou a tese do STF quanto à possibilidade de continuidade no cargo dos servidores aposentados. A saber:

“A natureza do ato de demissão de empregado público é constitucional administrativa e não trabalhista, o que atrai competência da Justiça comum para julgar a questão. A concessão

de aposentadoria aos empregados públicos inviabiliza permanência no emprego nos termos artigo 37 da Constituição, salvo para aposentadorias concedidas pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social) até a data de entrada em vigor da EC (Emenda à Constituição) 103, de 2009 nos termos do que dispõe seu artigo 6º.

Desta forma, entendemos que a Prefeitura Municipal regularizou o apontamento referente servidores aposentados que permaneceram no cargo.

B.1.11. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

CARGOS	SECRETÁRIOS	VICE-PREFEITO	PREFEITO
Valor subsídio inicial fixado para a legislatura	R\$ 2.100,00	R\$ 3.600,00	R\$ 8.200,00

Não houve revisão do valor dos subsídios dos agentes políticos nos exercícios de 2013 a 2021.

Verificações		
01	A fixação decorre de lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, em consonância com o art. 29, V da Constituição Federal?	Sim
02	A fixação é anterior à vedação imposta pelo art. 8º, I, da Lei Complementar nº 173/2020?	Sim
03	Houve efeitos financeiros decorrentes de nova fixação no exercício de 2021?	Prejudicado
04	Foi concedida RGA no exercício de 2021?	Não
05	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores?	Prejudicado
06	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Executivo?	Prejudicado
07	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992?	Sim
08	As situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos, sob amostragem, estavam regulares?	Prejudicado

Conforme nossos cálculos, não foram constatados pagamentos maiores que os fixados.

B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice C+

No exercício em análise, verifica-se rebaixamento do índice B para o índice C+, nessa dimensão do IEG-M.

Não foram adotadas medidas alternativas para o incremento das receitas próprias municipais, ou seja, de medidas que não aumentem, de forma direta, os impostos cobrados. Desse modo, há indícios de dependência financeira do município a transferências de recursos de outros entes para a concretização das demandas locais, o que acarreta o enfraquecimento da autonomia financeira municipal.

Não houve revisão periódica e geral do Cadastro Imobiliário, fato que pode comprometer a arrecadação e a justiça tributária.

O Código Tributário Municipal ou Lei Específica não prevê a revisão periódica obrigatória da Planta Genérica de Valores (PGV), comprometendo a transparência e a eficiência da gestão fiscal.

A Prefeitura Municipal não dispõe de rotina de fiscalização para detectar contribuintes que deixaram de emitir a Nota Fiscal de Serviços por determinado período ou que apresentaram queda acentuada em suas operações, a fim de detectar o fim das atividades ou a sonegação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Não houve a implantação de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) pela Prefeitura Municipal.

Não houve instituição de contribuição ou taxa em âmbito municipal, prerrogativa prevista nos incisos II e III, do artigo 145 e artigo 149- A, da Constituição Federal. A ausência dessas espécies tributárias sinaliza, não apenas, uma menor capacidade arrecadatória do município, como também demonstra sua fragilidade no exercício do Poder de Polícia, na prestação de serviço ao contribuinte e/ou na disposição de serviço público divisível, no que tange às matérias de interesse local.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

B.3.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

B.3.2 – OBRAS PARALISADAS

Tendo em vista informações fornecidas pela Origem e verificações efetuadas durante o exercício, há obras paralisadas no município, conforme segue:

OBRAS PARALISADAS						
TC (se houver)	Valor inicial do Contrato (R\$)	Valor aditado (R\$)	Valor total pago (R\$)	Contratada	Data da paralisação	Descrição da obra
TC-019954.989.17-4	R\$1.019.035,09	R\$0	R\$160.202,43	SUPERAÇÃO OSVALDO CRUZ CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.	27.12.2017	Construção de Escola de Centro de Educação Infantil
TC-019946.989.17-5	R\$547.292,35	R\$0	R\$600.267,17	GADU SANEAMENTO LTDA.	31.12.2015	Construção de Escola-Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil

O TC-019954.989.17-4, referente à obra paralisada da construção de Escola de Centro de Educação Infantil, foi julgado irregular por esta Corte de Contas.

O TC-019946.989.17-5, referente à obra paralisada da construção de Escola-Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil, foi arquivado, tendo em vista que a verba de contratação é de origem federal e oriunda de convênio firmado entre a municipalidade e a União, extrapolando a competência desta E. Corte de Contas.

Foi realizada fiscalização ordenada na obra de Construção de Escola de Centro de Educação Infantil:

Fiscalização Ordenada nº	III de 21 de outubro de 2021
Tema	Obras Paralisadas
TC e evento da juntada	TC-006917.989.21-2, evento 31.
Irregularidades constatadas na Ordenada permanecem, vez que não houve continuidade da obra:	<ul style="list-style-type: none"> - A obra encontra-se abandonada, com presença de animais dentro do recinto. Muros estão caindo e a estrutura encontra-se danificada pela ação do tempo. - Os materiais não se encontram preservados. Estão expostos às intempéries. - Não houve a aplicação das penalidades, previstas na Lei nº 8.666/93. - A garantia contratual não foi executada, pois, embora houvesse exigência da garantia contratual no edital de licitação e no contrato, ela não foi prestada pela contratada. - Houve rescisão do contrato e a Prefeitura de Pracinha não tomou providências para a realização de nova licitação para término da obra.

Embora o artigo 24 da LDO estabeleça que as obras em andamento terão prioridade na alocação de recursos orçamentários em relação a projetos novos, analisando o Relatório de Atividades do Órgão (doc. 26), não verificamos qualquer menção sobre a possível continuidade da construção das escolas, indicando a falta de planejamento do Órgão na continuidade das obras.

Lembrando que a inclusão de obras e outros projetos depende do atendimento orçamentário dos que estão em andamento, conforme dispõe o art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.3.3 - DESPESAS SEM A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Conforme já apontado no quadrimestre anterior, constatamos que a Prefeitura de Pracinha realizou aquisições de bens comuns e previsíveis por dispensa de licitação, cujos valores ultrapassaram o limite de dispensa previsto no artigo 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93 (R\$17.600,00), descumprindo o dever de licitar estabelecido no artigo 37, XXI, da Constituição Federal:

Objeto	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)	Relação e empenhos demonstrativos Docs.
Gêneros de Alimentação	109.166,57	108.605,98	doc. 27 e Evento 35.17
Material de Construção	93.854,50	93.854,50	doc. 28 e Evento 35.19
Material de Limpeza	105.908,26	104.254,74	doc. 29 e Evento 35.21
Material Farmacológico	143.103,76	136.864,76	doc. 30 e Evento 35.23
Material Hospitalar	87.828,02	87.828,02	doc. 31 e Evento 35.25

Desta forma, entendemos que houve deficiência de planejamento por parte da administração pública, demonstrando falta de eficácia, economicidade e transparência nas despesas ora analisadas, sendo que o município deixou de buscar a proposta mais vantajosa, desatendendo ao art. 3º da Lei 8.666/93.

B.3.4 – DESPESAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - PLANO MUNICIPAL

Conforme apontamento do 2º quadrimestre, a Prefeitura Municipal de Pracinha contratou a empresa Ana Paula Savio Rived Garcia, pelo valor de R\$ 5.000,00, para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2021 a 2024 (empenho 2978 – Evento 35.26).

Ocorre que, consta como autoras do referido Plano as funcionárias da Assistência Social: Eliane Aparecida da Silva, Cristiane Gisele Bussi da Silva, Márcia Ângela Marinho e Lima e Márcia Regina Soares, **não** havendo qualquer menção sobre a participação da empresa Ana Paula Savio Rived Garcia na produção do Plano (pg. 08 do Evento 35.27).

Além disto, o Plano Municipal de Assistência Social foi aprovado em 25 de junho de 2021 (pg. 03 do Evento 35.28), porém os orçamentos, a nota de empenho e a nota fiscal são de 05/07/2021, ou seja, são de datas posteriores à elaboração do Plano (Evento 35.26).

Há indícios, portanto, de que a prestação de serviços não ocorreu de fato, assim, **propomos a restituição dos valores ao Erário.**

B.3.5. TESOURARIA / ALMOXARIFADO / BENS PATRIMONIAIS

Segundo nossos testes, verificamos as seguintes impropriedades no setor:

1 – Tesouraria (Termo de Verificação doc. 32):

- Não há cópias dos cheques emitidos;
- Nas conciliações bancárias há lançamentos que datam de exercícios anteriores (amostra doc. 33).

2 – Conforme declaração da Prefeitura, o único setor que possui estoque é a farmácia do município, os outros setores adquirem os materiais para consumo imediato (doc. 34).

Realizamos verificação da Farmácia do município, em que constatamos o que segue (docs. 35 e 36):

- Havia medicamentos acondicionados em embalagens terciárias na farmácia;
- Havia mofo aparente;
- Não havia controle de temperatura e umidade por meio de termo-higrômetro;
- Existiam medicamentos acondicionados na porta do refrigerador;
- Não são anotadas as temperaturas do refrigerador;
- Divergências entre a contagem física dos medicamentos em comparação com o registro do controle de estoque;

3 - Por amostragem, verificamos que o controle dos bens patrimoniais estava adequado (doc. 37).

PERSPECTIVA C: ENSINO**C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

Quanto à aplicação de recursos ao final do exercício em exame, conforme informado ao Sistema Audesp e apurado pela Fiscalização, os resultados assim se apresentaram (docs. 38 e 39):

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	27,53
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	27,42
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	27,36
FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	100,00
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	100,00
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	100,00
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	100,00
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	100,00
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	100,00

Conforme acima exposto, a despesa educacional empenhada, liquidada e paga cumpriu o art. 212 da Constituição Federal.

Ainda, houve utilização de todo o Fundeb recebido, observando-se o art. 25 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

C.1.1 APLICAÇÃO NO FUNDEB

Verificações		
01	As despesas do Fundeb foram executadas exclusivamente na conta bancária vinculada (Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal), sem transferências para outras contas, nos termos do artigo 21 da Lei nº 14.113/2020?	Não
01.1	A conta corrente única e específica vinculada ao Fundeb é de titularidade do órgão responsável pela educação, nos termos do art. 69, § 5º, da Lei nº 9.394/1994 c/c art. 21, § 7º, da Lei nº 14.113/2020?	Não
02	Para compor os 70% com profissionais da educação básica, o Município concedeu abono/14º salário/etc. ao final do exercício?	Não
02.1	A concessão de abono foi embasada em lei específica e critérios para a concessão?	Prejudicado
03	A folha de pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, paga com os 70% do Fundeb, teve-se a professores e trabalhadores com diploma em pedagogia em funções de administração, planejamento, supervisão, inspeção, orientação educacional e psicólogos/assistentes sociais participantes obrigatoriamente de equipe multiprofissional?	Sim

A conta corrente única e específica vinculada ao Fundeb não é de titularidade do órgão responsável pela educação (Secretaria de Educação), em descumprimento ao art. 69, § 5º, da Lei nº 9.394/1994 c/c art. 21, § 7º, da Lei nº 14.113/2020.

Constatamos ainda que as despesas com o Fundeb não foram executadas exclusivamente na conta vinculada, tendo sido verificadas transferências para outras contas correntes (doc. 40):

- *Transferência para conta movimento da Prefeitura em que é realizada a gestão da folha de pagamento dos servidores, conforme extratos juntados.*

Embora o caput do art. 21 da Lei nº 14.113/2020 vede a transferência dos recursos do fundo para outras contas, o §9º do referido artigo traz uma exceção, a transferência para pagamentos de salários quando o município contratou com instituição financeira.

Registramos que houve um crescimento relevante das receitas do Fundeb em relação aos exercícios anteriores e, também, em relação à previsão contida no orçamento do exercício, conforme demonstrado adiante:

RECEITAS DO FUNDEB DO EXERCÍCIO		
Previsão Inicial	Arrecadação	Variação
R\$ 704.200,00	R\$ 894.281,44	27%

RECEITAS DO FUNDEB DO EXERCÍCIO					
2018		2019		2020	
R\$ 680.108,87	31,49%	R\$ 709.115,37	26,11%	R\$ 711.526,44	25,68%

As tabelas retro evidenciam que a receita do Fundeb em 2021 recrudescceu acima do arrecadado entre 2018 e 2020, e, bem assim, acima do previsto na Lei Orçamentária, sendo que, de outro modo, a remuneração dos servidores permaneceu sem alteração.

C.1.2. APLICAÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO VAAT NO FUNDEB

O município não recebeu complementação no exercício em exame.

C.1.3. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO

A - A Fiscalização não identificou valores **despendidos com inativos da educação básica** incluídos nos mínimos constitucionais do Ensino.

B - Com base nos dados informados ao IEG-M, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo município.

C - O município descumpriu o piso nacional mínimo do magistério público da educação básica para o exercício até julho de 2021, definido com base na Lei nº 11.738/08.

A Lei Municipal nº 437, de 08 de janeiro de 2010 instituiu o Plano de Carreira e Valorização do Magistério Público de Pracinha (Evento 22.31), alterado pelas Leis Municipais nº 454, de 04 de maio de 2010 (Evento 22.32) e nº 505, de 31 de janeiro de 2012 (Evento 22.33).

Por meio da Lei Municipal nº 671, de 20 de fevereiro de 2018 (Evento 22.34) ocorreu a última reclassificação dos vencimentos dos servidores

do quadro do Magistério Municipal, sendo que as remunerações dos professores ficaram, desde a época da aprovação dessa Lei, da seguinte forma:

Cargo	Jornada (Horas Semanais)	Vencimentos (Faixa/Nível 1)	Piso Nacional Proporcional vigente
Professor de Creche	40	R\$ 2.455,35	R\$ 2.886,24
Professor de Educação Infantil	26	R\$ 2.247,14	R\$ 1.876,05
Professor de Educação Básica I	30	R\$ 2.592,83	R\$ 2.164,68
Professor de Educação Básica II	11 (reduzida)	R\$ 1.360,75	R\$ 793,71
	15 (básica)		R\$ 1.082,34
	24 (completa)		R\$ 1.534,64

A Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério, não reajustou o piso em 2021, assim o valor do piso salarial continuou a ser R\$2.886,24 para uma jornada de 40 horas semanais, devendo ser adequada proporcionalmente em caso de jornada inferior a 40 horas.

Para início de carreira, ou seja, em cumprimento do estágio probatório estabelecido pelo artigo 15 da Lei 437/2010, a remuneração inicial do Professor de Creche e do Professor de Educação Básica II (24 horas), encontrava-se estabelecida abaixo do piso nacional do magistério. O Decreto Municipal 1219/2021 (doc. 41), a partir de agosto de 2021, instituiu o pagamento de abono complementar aos docentes quando o valor recebido por eles for menor que o valor do piso salarial profissional nacional do magistério público.

Conforme informado pela Origem, não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 e da redação original do art. 26, parágrafo único, II, da Lei nº 14.113/2020, atual art. 26-A com a redação dada pela Lei nº 14.276, de 27/12/2021.

D - Segundo informações da Origem colhidas através de questionário (Evento 35.34), a Creche Municipal “Mundo Encantado”, única unidade do município, não possui: sala de aleitamento materno, nem local para condicionamento de leite materno, nem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, nem condições de acessibilidade, nem pátio coberto.

Juntamos fotos do local no Evento 35.35.

E – Fiscalização Ordenada realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil Professora Terezinha Zanelli:

Fiscalização Ordenada nº	IV de 08 e 09 de novembro de 2021
Tema	Unidades Escolares
TC e evento da juntada	TC-006917.989.21-2, evento 43.
Irregularidades remanescentes e/ou constatadas na última inspeção:	<ul style="list-style-type: none">- Não consta identificação da Unidade Escolar;- Inadequações nos banheiros (falta de assentos nos vasos sanitários e tampa nas válvulas de descarga);- Não há AVCB;- Há computadores danificados ou não operacionais na escola.

C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice C

Sob amostragem, constatamos as seguintes ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M:

- A Prefeitura Municipal possui turmas de Creche com menos de 2,30 m² por alunos, turmas de Pré-Escola com menos de 1,36 m² e turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com menos de 1,875 m², contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 05 de maio de 2010.
- A Prefeitura Municipal não fez pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches, pré-escolas e anos iniciais do ensino fundamental em 2021.
- Em 2021, houve rotatividade de professores superior a 20% em estabelecimentos de pré-escola e anos finais do ensino fundamental.
- A entrega do kit escolar às Pré-Escolas e anos iniciais do ensino fundamental no ano de 2021 foi realizada após 15 dias do início das aulas.
- Nem todos os professores regentes dos anos Iniciais participaram de cursos de capacitação no ano de 2021, contrariando a Meta 16 do Plano Nacional de Educação.
- Menos de 25% dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2021, referente à Meta 6 do Plano Nacional de Educação – PNE.
- A Prefeitura Municipal não utilizou nenhum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos nos Anos Iniciais.

- A Prefeitura Municipal não possui, no planejamento, ações governamentais para enfrentamento ao bullying.
- A entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no ano de 2021 foi realizada após 15 dias do início das aulas.
- Não houve entrega do uniforme escolar aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2021.
- A Prefeitura Municipal não atingiu a meta do IDEB para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano da última avaliação.
- Nenhum estabelecimento que oferece creche, pré-escola ou anos iniciais do ensino fundamental está adaptado para receber crianças com deficiência como prevê o artigo 227 da Constituição da República.
- O estabelecimento que oferece os anos iniciais do Ensino Fundamental não possui quadra poliesportiva coberta, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 05 de maio de 2010.
- Nenhuma unidade de ensino municipal possui salas de aula climatizadas (ar-condicionado, aquecedor ou climatizador) em 2021.
- Não existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula.
- Não existe um controle formal pelo nutricionista que permita atestar condições dos alimentos servidos.
- Há veículos da frota escolar com mais de 10 anos de fabricação, contrariando recomendação do Guia de Transporte Escolar elaborado pelo FNDE.
- Nem todos os condutores de frota escolar possuem aprovação em curso de especialização sobre transporte escolar.
- Os condutores de frota escolar não apresentaram certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores dentro do prazo de validade (5 anos).
- A Prefeitura Municipal possui Plano Municipal de Educação, entretanto, nem todas as metas estão sendo atingidas dentro do prazo, contrariando o estabelecido no artigo 3º do Plano Nacional de Educação – PNE.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional/legal (doc. 42):

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	20,65
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	20,37
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	20,32

Tendo em vista que foi liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional, deixamos de efetuar o acompanhamento previsto no art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

D.1.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - SAÚDE

D.1.1.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Para evidenciar a situação da pandemia no município, consoante informado pelo Poder Executivo municipal, segue a estatística acumulada até o mês de dezembro do exercício em análise:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de exames coletados para a Covid-19	532
Número de casos em análise da Covid-19	0
Número de casos descartados da Covid-19	350
Número de casos confirmados da Covid-19	180
Número de casos recuperados da Covid-19	177
Número de óbitos confirmados de Covid-19	03
Número de óbitos suspeitos de Covid-19	0
Número de óbitos descartados de Covid-19	0
DESCRIÇÃO	ESPECIFICAR
Houve demanda reprimida de leitos de enfermaria em 2021?	NÃO
Houve demanda reprimida de leitos de UTI em 2021?	NÃO

D.1.1.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

No contexto da pandemia, constatou-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento à Covid-19?	SIM
Houve participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise?	NÃO
A Administração realizou divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento à Covid-19?	SIM
Foi elaborado plano municipal de enfrentamento à Covid-19?	SIM
Foram criados instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento à Covid-19?	SIM

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

D.1.1.3. HOSPITAIS DE CAMPANHA

O município não implantou hospital de campanha no exercício em exame.

D.1.1.4. EQUIPAMENTOS RECEBIDOS

A Origem informou, e a Fiscalização constatou que o município não recebeu equipamentos médico-cirúrgicos para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

D.1.1.5. DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES (COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS)

Quanto às aquisições e contratações, em geral, sob amostragem não constatamos ocorrências dignas de nota.

A Origem informou, e a Fiscalização constatou o seguinte:

Descrição	Sim / Não / Prejudicado
A Prefeitura realizou dispensas de licitação fundamentadas no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993, para enfrentamento da Covid-19?	Não
A Prefeitura realizou dispensas de licitação com fundamento na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, ou Lei nº 14.217, de 13 de outubro de 2021, para enfrentamento da Covid-19?	Não
A Prefeitura realizou contratação a partir da adesão a registro de preços promovido por outro ente federativo (carona), para enfrentamento da Covid-19?	Não

D.1.2. REPASSES A ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR**D.1.2.1. DOS REPASSES EFETUADOS**

Informamos que o município **não** efetuou repasses às entidades do terceiro setor para enfrentamento da pandemia causada pelo Covid-19.

D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice C+

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M:

- Nem todas as metas previstas para os indicadores do Plano Municipal de Saúde (2018-2021) foram atingidas, comprometendo a eficácia das ações governamentais.
- Nem todas as ações previstas na Programação Anual de Saúde de 2021 foram executadas, evidenciando fragilidade no planejamento e execução das intenções expressas no Plano de Saúde, contrariando o artigo 4º da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.135, de 25 de setembro de 2013.
- Não houve treinamento específico aos membros do Conselho Municipal de Saúde.
- Não houve implantação da Ouvidoria da Saúde em âmbito municipal, contrariando o item h do artigo 5.1 da Resolução CIT (Comissão Inter gestores Tripartite) nº 4, de 19 de julho de 2012.
- Não houve utilização do Sistema OuvidorSUS ou sistema equivalente, contrariando o disposto no artigo 116 da Portaria de Consolidação nº 1 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017.
- Não há componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), em desacordo com o §2º do artigo 6º da Lei Federal nº 8.689, de 27 de julho de 1993.

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB – Índice C+

Sob amostragem, constatamos as seguintes ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M:

- A Prefeitura Municipal não possui cronograma de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal.

- A Prefeitura Municipal não realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos, contrariando o estabelecido no artigo 19, incisos XIV e XV, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- Antes de aterrar o lixo, a Prefeitura Municipal não realiza nenhum tipo de processamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou outra forma de processamento, contrariando o estipulado no artigo 9º, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice C

Sob amostragem, constatamos as seguintes ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M:

- Não houve a criação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) ou órgão similar.
- A Prefeitura Municipal não capacita seus agentes para ações municipais de Defesa Civil, contrariando o disposto no artigo 9º, inciso V, da Lei Federal nº 12.608/2012.
- A Prefeitura Municipal não realiza identificação e mapeamento das áreas de risco de desastre, contrariando o disposto no artigo 8º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.608/2012.
- A Prefeitura Municipal não possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde, contrariando o disposto no artigo 9º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.608/2012.
- A Prefeitura Municipal não possui um canal de atendimento de emergência à população para registro de ocorrências de desastres.

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
**G.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS
- TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**
**G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Fiscalização Ordenada nº	I de 18 de março de 2021
Tema	Transparência - Ouvidorias
TC e evento da juntada	TC-006917.989.21-2, evento 12.
Irregularidades constatadas na última inspeção:	<ul style="list-style-type: none"> - A ouvidoria não elaborou Relatório de Atividades (Gestão) 1, contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos; - A Prefeitura não elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017; - A Prefeitura não regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos arts. 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017.

**G.1.1.1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À
PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19**

A Fiscalização empreendeu acompanhamento diário das divulgações relacionadas às receitas e despesas concernentes ao enfrentamento à pandemia causada pela Covid-19.

Ao final do exercício, foi constatado o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Existe no portal de transparência ou no sítio da Prefeitura link ou atalho para o acompanhamento de despesas exclusivas para enfrentamento à pandemia de Covid-19?	Sim
Os dados com as RECEITAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais receitas do município?	Sim
As RECEITAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado Audeesp nº 28/2020?	Sim
Os dados com as DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais despesas municipais?	Sim
As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informadas em tempo real, conforme legislação pertinente?	Sim
As DESPESAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado Audeesp nº 28/2020?	Sim
As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram detalhadas com os elementos, conforme Comunicado SDG nº 18/2020?	Sim

G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema Audesp.

G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice C

Sob amostragem, constatamos as seguintes ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M:

- A Prefeitura Municipal não possui uma área ou departamento de Tecnologia da Informação (TI), nem Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro.
- A Prefeitura Municipal não dispõe de Política de Segurança da Informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório, o que dificulta o cumprimento do artigo 25 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- A Prefeitura Municipal não mantém site na internet com informações atualizadas periodicamente, contrariando o disposto no artigo 6º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- A Prefeitura Municipal ainda não regulamentou o tratamento de dados pessoais segundo a LGPD, nem designou um encarregado para o tratamento destes dados.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o município poderá não atingir as seguintes metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (doc. 43):

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

ODS: Metas 16.6, 16.7.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

ODS: Metas 16.6, 17.1.

PERSPECTIVA C: ENSINO

ODS: Metas 4, 4.c, 4.1, 4.7.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

ODS: Metas 3, 3c, 3.3, 3.4, 3.5.

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

ODS: Metas 6.4, 11.6, 12.2, 12.4, 12.5, 12.7.

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

ODS: Metas 11.b, 11.5.

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ODS: Metas 16.6, 16.7, 17.8.

H.2. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados (docs. 44 e 45), verificamos que, no exercício em exame, a Prefeitura descumpriu as seguintes:

Exercício 2019	TC 4610.989.19-6	DOE 19/01/2021	Data do Trânsito em julgado 04/03/2021
<p>Recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover correção de descompassos sinalizados pelo i-Fiscal (Nota C), adotando, dentre outras medidas, fiscalização automatizada da emissão de NF-e e alíquotas de ITBI em conformidade com os critérios definidos pelo STF e moderação no percentual de alterações orçamentárias; - Racionalizar a realização de horas extras, já que sua habitualidade desvirtua a feição extraordinária desse labor adicional, exercendo efetivos controles sobre as horas trabalhadas; - Adequar as exigências de escolaridade dos cargos em comissão; - Aprimorar suas técnicas de planejamento, dando espaço às contribuições da população e concretude ao princípio da eficiência previsto na Carta da República; - Aprimorar seus procedimentos em relação às compras públicas, observando com rigor as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93; - Corrigir desconformidades no âmbito do Ensino, alinhando-se às diretrizes do Plano Nacional de Educação e da Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU; - Melhorar o desempenho do i-Saúde, i-Amb, i-Cidade e i-Gov-TI. 			

Exercício 2018	TC 4269.989.18-2	DOE 10/06/2020	Data do Trânsito em julgado 24/07/2020
<p>Recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoar o Planejamento Municipal; - Rever as deficiências apuradas por meio do IEGM, em especial nos questionários referentes ao i Educação (C+) e i-Ambiente, i-Cidade e i-Gov-TI, que apresentaram índice "C"; - Regularizar a sua estrutura funcional, adequando-se à disposição contida no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal e às orientações contidas no Comunicado SDG nº 32/2015; - Adotar medidas efetivas no sentido de promover o adequado planejamento de seus serviços e atividades, de forma que o prolongamento da jornada de trabalho dos servidores ocorra apenas em situações excepcionais e devidamente justificadas; - Implantar sistema eletrônico de ponto para os servidores municipais. - Corrigir os apontamentos remanescentes quanto ao funcionamento do Controle Interno. 			

SÍNTESE DO APURADO

Itens	
CONTROLE INTERNO	PARCIALMENTE REGULAR
HOUE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	NÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Resultado no exercício (superavit)	7,84%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Percentual de investimentos	4,39%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	FAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	NÃO HÁ RPPS
ENCARGOS - Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	SIM
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	44,93%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, II, da LRF?	SIM
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212, Constituição Federal (Limite mínimo de 25%)	27,53%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	PREJUDICADO
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	100%
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	20,65%

CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no art. 24 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

ITEM A.1.1. CONTROLE INTERNO

- O Prefeito não determinou providências para sanar as irregularidades apontadas no Relatório do Controle Interno.
- O Sistema de Controle Interno não exerce todas as suas funções Constitucionais/Legais.
- Não houve a disponibilização de programas de treinamentos ao Controle Interno.

ITEM A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C

- Audiência pública foi realizada em dia de semana em horário comercial, bem como houve uma única audiência para debater a LDO e a LOA.
- LDO autorizou alterações orçamentárias acima da inflação.
- LOA autorizou a abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação.
- Vários outros apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da Administração Municipal.

ITEM B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Município procedeu à abertura de créditos adicionais e à realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições correspondentes a 63,80%, da Despesa Fixada (inicial), elevado percentual desfigura o orçamento original, contribuindo para o desequilíbrio orçamentário.

ITEM B.1.10.2. – SERVIDORES EM COMISSÃO

- A Lei Municipal exige para alguns cargos em comissão apenas ensino fundamental ou ensino médio.
- Verificamos que os ocupantes dos seguintes cargos não possuem ensino superior: Diretor de Saúde e Higiene; Diretor de Turismo, Esporte e Lazer;

Diretor Administrativo, sendo que, destes, foi nomeada em 2021 a Diretora de Saúde e Higiene.

- As atribuições para os cargos estão disciplinadas por Decreto ao invés de Lei, em desacordo com o artigo 48, X, da Constituição Federal.
- Propomos que cópia deste apontamento seja encaminhada ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

ITEM B.1.10.3 - PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS HABITUAIS A SERVIDORES E ACIMA DO LIMITE LEGAL

- A Prefeitura Municipal manteve o pagamento de horas extras habituais a diversos servidores durante 2021, em alguns casos, em desacordo com o limite imposto pela Lei Municipal.
- Há funcionários que exercem atividades insalubres realizando horas extras sem autorização, em desacordo com o que preconiza o art. 60 da CLT.
- O controle da jornada de trabalho dos servidores não é efetivo, tendo em vista que é realizado de forma manual em livro ponto.

ITEM B.1.10.4 - PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO DE TEMPO EXCLUSIVA COM PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS A MOTORISTAS

- A Prefeitura Municipal de Pracinha por meio da lei nº 589, de 04 de novembro de 2014, criou a “gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva”, de 50% sobre o salário base, para motoristas e/ou motoristas de ambulância cujas atividades exigem a prestação de serviços além da jornada normal de trabalho.
- Entendemos que o pagamento de gratificação sem estar vinculada ao efetivo cumprimento de jornada extra de trabalho, já que a lei não exige a comprovação dos serviços extraordinários prestados e sua quantidade, fere os princípios da eficiência e da economicidade.
- Os motoristas beneficiados pela Lei Municipal nº 589/2014 também recebem horas extras de maneira continuada, sendo que a finalidade da gratificação por dedicação de tempo exclusiva coincide com a finalidade das horas prestadas em serviço extraordinário.
- Propomos que cópia deste apontamento seja encaminhada ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

ITEM B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice C+

- Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da Administração Municipal.

ITEM B.3.2 – OBRAS PARALISADAS

- Há duas obras de unidades de ensino paradas no município.
- Foi realizada fiscalização ordenada na obra de Construção de Escola de Centro de Educação Infantil, na qual foram verificadas diversas irregularidades.
- Não verificamos qualquer menção sobre a possível continuidade da construção das escolas no relatório de atividades da Prefeitura.

ITEM B.3.3 - DESPESAS SEM A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

- A Prefeitura de Pracinha realizou aquisições de bens comuns e previsíveis por dispensa de licitação, cujos valores ultrapassaram o limite de dispensa previsto no artigo 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

ITEM B.3.4 – DESPESAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - PLANO MUNICIPAL

- A Prefeitura Municipal de Pracinha contratou a empresa Ana Paula Savio Rived Garcia para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2021 a 2024.
- Não há qualquer menção sobre a participação da empresa na produção do Plano.
- O Plano Municipal de Assistência Social foi aprovado em 25 de junho de 2021, porém os orçamentos, a nota de empenho e a nota fiscal são de 05/07/2021.
- Propomos a restituição dos valores ao Erário (R\$ 5.000,00).

ITEM B.3.5. TESOURARIA / ALMOXARIFADO / BENS PATRIMONIAIS

- Irregularidades verificadas in loco na Tesouraria e Farmácia do município.

ITEM C.1.1 APLICAÇÃO NO FUNDEB

- A conta corrente única e específica vinculada ao Fundeb não é de titularidade do órgão responsável pela educação (Secretaria de Educação).

ITEM C.1.3. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO

- O município descumpriu o piso nacional mínimo do magistério público da educação básica para o exercício até julho de 2021.
- A Creche Municipal “Mundo Encantado”, única unidade do município, não possui sala de aleitamento materno, nem local para condicionamento de leite materno, nem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, nem condições de acessibilidade e nem pátio coberto.
- Fiscalização Ordenada realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil Professora Terezinha Zanelli identificou as seguintes irregularidades: falta de identificação da unidade, inadequações nos banheiros, ausência de AVCB e computadores danificados ou não operacionais da escola.

ITEM C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice C

- Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da Administração Municipal.

ITEM D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice C+

- Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da Administração Municipal.

ITEM E.1. IEG-M – I-AMB – Índice C+

- Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da Administração Municipal.

ITEM F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice C

- Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da Administração Municipal.

ITEM G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

- Fiscalização Ordenada sobre transparência e ouvidorias que constatou irregularidades no setor.

ITEM G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice C

- Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da Administração Municipal.

ITEM H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

- O município poderá não atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

ITEM H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Descumprimento de recomendações desta Corte de Contas.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-18.2, em 7 de junho de 2022.

Jaqueline Otsuki Fredi
Agente da Fiscalização